

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORREIA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

## Sobre as Liberdades

Houve de tudo um pouco nesta fase já concluída com a apresentação do anteprojeto à Comissão de Sistematização da Constituinte. A grande ausência nos debates que espocavam como fogos de artifício ideológico ou político, para efeito de causar admiração, foi a das idéias liberais. Um fundo residual de liberalismo permeia a visão de muitos problemas brasileiros, mas apenas por hábito — e não por convicção. Faltou, inclusive, a franqueza que é indispensável ao liberalismo.

Não é fácil pedir franqueza e lealdade, nos padrões liberais, a uma representação política que prefere se apresentar na condição de intérprete do social, como se fosse bastante para garantir convicções democráticas. Os brasileiros há muitos anos ouvem uma distinção perigosa, e que serve apenas para camuflar os que não acreditam na liberdade. É preciso desconfiar sempre de alguém que faz a separação entre liberal em economia e liberal em política. Em geral, os que se dedicam a essa prática se apresentam liberais em política e fazem restrições ao liberalismo econômico. É falso, porque os conceitos liberais são um coisa só, e não é possível ter um pensamento liberal e defender uma economia socialista ou estatizada. Porque esses falsos liberais são invariavelmente fervorosos adeptos do controle da economia pelo Estado, e acabam coniventes com as formas de controle das liberdades políticas por esse mesmo Estado, que é um empresário produtor de déficits e prejuízos.

Quem se lembra de ter ouvido uma profissão de fé ou uma exortação pública de confiança nas idéias liberais, para salvar o Brasil desse impasse a que o conduziram a estatização econômica e a subordinação política ao nacionalismo? É tudo uma prevenção atuante contra a economia de mercado. Ninguém se lembra de ter ouvido uma confissão de amor ao liberalismo, nesta fase aberta da Constituinte. É que a opinião pública infelizmente continua anestesiada pelas ilusões de que o Estado possa fazer por ele o que só a sociedade tem condições de realizar com sucesso. O desenvolvimento não é atribuição do poder público, da mesma forma que cobrar impostos e garantir saúde e alfabetização completa a todos os brasileiros não diz respeito a empresários.

Vem de mais longe a prevenção que se expandiu no Brasil contra a fé nos valores liberais, sem os quais é infantilidade falar em democracia. A sociedade brasileira foi influenciada de perto por duas forças propulsoras, como são o pensamento católico e as idéias positivistas disseminadas pela participação do Exército desde a proclamação da República, na estratificação do sentimento antiliberal. A igreja tem reservas contra o liberalismo como idéia política e adquiriu uma forte prevenção contra o lucro. O nacionalismo, em sua formulação castrense, também devota desconfiança às liberdades políticas e ao conceito de lucro como mola propulsora do capitalismo. A estatização da economia veio resolver, a um só tempo, para o pensamento militar e o pensamento católico, a equação que não dava resultados. A prevenção contra o lucro não é suficiente, porém, para a montagem de uma teoria econômica, e nenhuma dessas correntes — a religiosa e a castrense — poderia adotar também, de forma conseqüente, a conceituação marxista, sem perder a sua identidade.

A estatização permitiu às entidades laicas do catolicismo e ao pensamento militar exercitarem preconceitos contra a economia de mercado, a partir do lucro apresentado como ganância pelo lado religioso e como anti-social no impreciso conceito castrense.

A Constituinte foi uma excelente oportunidade perdida, pelo menos para se aprofundar o exame da questão que fez praticamente do liberalismo um compromisso clandestino entre nós. Mesmo o insuficiente número de políticos que acredita nos valores liberais evita declarar-se identificado com as idéias políticas e econômicas que estão passando por uma grande revalorização universal. Em termos eleitorais, o liberalismo volta a ser um filão democrático nas economias de mercado. E até nas nações que se embrenharam na ilusão socialista, regimes mais comprometidos politicamente não mais hesitam, como a própria União Soviética, em recorrer cada vez mais à economia de mercado. As cautelas são de natureza política, para evitar conflitos dentro dos seus respectivos governos. Os próprios resultados se encarregam de aplainar o caminho político para as reformas que reabilitam o liberalismo por toda parte.

O Brasil, no entanto, continua de costas para o mundo, a admirar o próprio umbigo como se fosse a marca de uma predestinação para ignorar as leis da economia e isentar-se do esforço de trabalho. Perdeu-se na primeira fase da Constituinte a oportunidade de ouvir pelo menos um partido proclamar que ser liberal é simplesmente aceitar a liberdade como ausência de coerção, em todas as suas conseqüências e responsabilidades.

Os brasileiros, depois de todas as restrições que passaram e das conseqüências que sofreram

por força da estatização econômica brutal, de baixo do correlato autoritarismo político, têm condições de se sensibilizarem com o reencontro moderno das idéias do liberalismo. É que o liberal moderno concede prioridade à liberdade corrente, diária, que diz respeito a cada um, e não àquela liberdade abstrata do liberalismo histórico. A liberdade sem retórica, que faz o dia-a-dia dos homens, é a que mostra que na União Soviética o estado é soberano, mas não garante a do indivíduo. E a liberdade que interessa realmente é a do cidadão.

A maneira natural de reconhecer um liberal é pela defesa da desigualdade como expressão final da liberdade, mas a partir de uma igualdade de oportunidade para começar. Todos devem ter iguais oportunidades para começar, mas a qualidade de cada um e o destino os diferenciam ao longo da vida e da competição. É esse o sentido prioritário da educação. A utopia prega uma igualdade impossível, porque permanente, fundada sobre a ideologia do absurdo, que é a renúncia do homem ao seu destino e à sua vontade própria.

Ninguém melhor do que George Orwell fez a caricatura dessa pretensa igualdade enfocada na concepção socialista: na sua demolidora sátira, o desencantado e sofrido Orwell prova que a utopia se degrada pelo absurdo naquela sentença final da *Fazenda dos Animais* — "todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros". Essa falsa igualdade gera e sustenta o privilégio, desde que suprimiu a liberdade.

Qual é a exata diferença? É que o liberal não se confunde com o anarquista, desde a preliminar: o liberal quer o estado reduzido ao necessário, o menor possível, enquanto o anarquista é contra o estado como organização. O núcleo do pensamento liberal moderno é a conceituação do estado como um ente sem poder para golpear a liberdade ou para abusar do cidadão.

Em economia, exprime-se simbolicamente o conceito liberal, em nossos dias, na posição contrária ao monopólio econômico. Mas não é pelos motivos subjetivos e morais, e sim por uma questão de princípio que tem em vista a liberdade. O liberal moderno é contra o monopólio porque o monopólio atenta contra a liberdade dos outros, e portanto contra a concorrência. Pela mesma razão, o liberal identifica na estatização econômica o maior risco: o estado tende ao monopólio, porque tem medo da concorrência, já que se dispensa da necessidade de alcançar resultados e lucros. A economia estatal mascara-se com uma falsa finalidade social, que é apenas para encobrir a ganância burocrática.

Perdeu-se na Constituinte a grande oportunidade de virar pelo avesso o liberalismo, que a má fé dos seus críticos procura identificar com o capitalismo selvagem. A economia de mercado é, porém, uma coisa e o capitalismo selvagem outra, com o qual não se pode conviver porque pressupõe a ausência de lei. Ora, para um liberal ausência de lei não é liberdade, e sim agressão.

Seria bom que os brasileiros pudessem ouvir, dos que tivessem a convicção liberal é claro, que o liberalismo é um conceito, e não uma fórmula. Não há um modelo liberal. Ser liberal implica, em última análise, a possibilidade de alguém chegar até o limite além do qual será destruído. Daí a concepção da lei como o limite entre os indivíduos e a fronteira entre a sociedade e o estado.

Teria sido de grande utilidade que os brasileiros tivessem ouvido debates capazes de mostrar-lhes que o Estado só pode existir e desempenhar com eficiência as suas funções básicas sob controle, e o único controle admissível deve ser exercido pela sociedade, através da sua representação política livremente eleita, com pluralidade de partidos e liberdade sindical. O estado tem de ser alguma coisa criada pela sociedade, e não o contrário. O estado não pode pretender modelar a sociedade, sem ser num regime autoritário.

A liberdade não é uma concepção do poder público, mas algo que evoluiu com os homens e da qual precisam se valer para criar o estado capaz de atender-lhes as necessidades e realizar-lhes as aspirações. Nos Estados paternalistas e protecionistas, as soluções estão nas gavetas dos burocratas. É por isso que, para um liberal convicto, o Estado é o eterno problema: criá-lo por necessidade e controlá-lo por instinto de sobrevivência é a solução política.

Não obstante as prevenções, os preconceitos, as falsidades e o desconhecimento, o liberalismo não é uma causa condenada a ser eternamente expressão da minoria de brasileiros. É bem possível que, depois de duas ditaduras, os brasileiros possam concluir, a despeito da omissão dos políticos, que não podem mais se deixar enganar pelo Estado — que é uma fábrica de candidatos a ditadores. Só então os brasileiros se darão conta de que o desenvolvimento e o progresso são legítimas aspirações, e que só com os recursos da sociedade, e a contribuição de cada um, poderão ser alcançados. O menos possível de Estado, e o máximo de cidadania. Aí, sim, seremos liberais convictos.